

Presentes:

Membros do Conselho:

Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Daniele Cristina Adão – SETI/TECPAR; Dóris de Fátima – CORESAN Guarapuava; David Brito – CORESAN Apucarana; Eder Cordeiro – CORESAN Umuarama; Flávia Anastácio – CORESAN Cascavel; Jaciara Reis – CORESAN Toledo; Juliano Fortunato – CORESAN Jacarezinho; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – CORESAN Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – CORESAN Ponta Grossa; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Patricia Chiconatto – CORESAN Guarapuava; Rosangela Mara Slomski Oliveira – FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Selfa Barbosa Vilela – CORESAN Cianorte; Tammy Rafaella Kochanny – CORESAN Curitiba; Marcelo Inácio – CORESAN União da Vitória; Salete Maria – CORESAN União da Vitória; Talita Kutz – CORESAN Francisco Beltrão; Ivori Fernandes – CORESAN Francisco Beltrão; Maurício Barcellos – CORESAN Curitiba; Gilmar Zampiva – CORESAN Ivaiporã; João Valdemar Fortuna – CORESAN Pato Branco; Luiz de Mauro – SUDIS; Marina Lopes – CORESAN Paranavaí.

Outros Participantes: Larissa Karam – UNICENTRO; Anatolli Brusamolin – NR SEAB Curitiba; Roselene Sonda – Ministério Público do Paraná; Jean Petris – UFPR; Anelize Mendes – Ministério Público do Paraná; Ana Beatriz – Ministério Público do Paraná; João Santos Netto – NR SEAB Cascavel; Solange Soprani – NR SEAB Cascavel; Rosangela Verri – NR SEAB Campo Mourão.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura;
2. Aprovação de pauta e ata;
3. Segurança Alimentar e Nutricional e alimentação indígena – Me. Larissa B. D. Karam;
4. Relatos de visitas às comunidades indígenas – CORESAN's de Curitiba, Cascavel e Foz do Iguaçu;
5. Informes do DESAN/SEAB;
6. Encerramento.

Memória: Dando início à reunião, a Presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes, agradece a participação de todos e todas e encaminha a aprovação da pauta da proferida reunião, bem como a aprovação da ata da plenária do mês de junho de 2022. Em seguida, a convidada Larissa Karam, nutricionista responsável pelo Programa Mesa Brasil (PMB) do SESC de Guarapuava, especialista em SAN e em nutrição funcional e mestre em desenvolvimento comunitário pela UNICENTRO é apresentada e dá início a sua pauta sobre Segurança Alimentar e Nutricional e alimentação indígena. Ela explica, de começo, que o PMB é um programa de SAN realizado, executado e coordenado pelo Serviço Social do Comércio (SESC) que objetiva diminuir a fome e o

desperdício de alimento e que, desde 2011 atende as comunidades indígenas de Ivaí, Marrecas e Faxinal. Passando a falar sobre as principais ações de avanço na promoção e garantia do direito à alimentação adequada, a nutricionista informa que no ano de 1992 entrou em vigor o decreto que garante o direito humano à alimentação adequada e que serviu como base para a criação da Lei Orgânica, para a reconstituição do CONSEA e para a aprovação da PEC 64/2010, que inclui a alimentação como um direito constitucional. Ela explica também que mesmo considerando essa grande evolução nas questões alimentares no Brasil nos últimos anos, o país mostra-se ainda muito marcado por uma desigualdade social extrema, representada pela disparidade de renda e pelo acesso aos recursos de determinados grupos populacionais. Em 2010, com base em pesquisa realizada pelo IBGE, averiguou-se que a desnutrição infantil dos povos indígenas era 20 vezes maior que a desnutrição observada entre crianças não indígenas, além de ser constatado o dobro de mortes entre as crianças do primeiro grupo mencionado. Adiante, de acordo com pesquisa de Coimbra Jr., no ano de 2014 a taxa de mortalidade infantil indígena correspondia a 42 crianças a cada mil. Assim, tendo em vista os dados representados dos últimos 28 anos, a nutricionista elucida que mesmo sendo um grupo prioritário na política de SAN, os indígenas ainda sofrem com as altas taxas de mortalidade infantil e com insegurança alimentar. Na sequência, ela aborda a questão da eficiência das políticas de segurança alimentar e nutricional, bem como a eficiência do Plano Nacional de SAN, do SISVAN e das diretrizes que norteiam o trabalho dos profissionais que atuam na área, tema discutido na sua dissertação de mestrado. Ela explica que, na teoria, essas políticas funcionam para as comunidades indígenas e tradicionais, mas que, na prática, muitas dificuldades são enfrentadas. Desse modo, ela ressalta, é importante que haja um questionamento sobre o real impacto das ações políticas nas comunidades e reaver as experiências das ações efetivadas. A sua pesquisa para a dissertação foi realizada de forma autoetnográfica, pois constituiu-se na sua vivência profissional e na sua experiência pessoal dentro da comunidade, a partir dos acompanhamentos do PMB em 2009. Nessa pesquisa, ela coletou dados dos cadastros familiares de 2013 a 2018, pareceres das assistências sociais que fizeram visitas às comunidades nesse período e também os registros de doações de alimentos, visto que todo alimento recebido no PMB possui um recibo de doação e todo alimento que é entregue possui um recibo de sessão, prática que garante um controle sobre os produtos, transparência nas doações e, sobretudo, uma rastreabilidade dos produtos e quantidades doadas e das famílias beneficiárias. A comunidade estudada no trabalho, de acordo com ela, foi a de Marrecas, em um território localizado entre os municípios de Guarapuava, Prudentópolis e Turvo, e que possui uma área de, aproximadamente, 16.800 hectares. Ela explica que a comunidade é dividida entre duas aldeias, uma de kaingang e outra de guarani e que, em 2018, a população era de 420 indígenas, número que oscila por conta das migrações de famílias entre as comunidades. Adentrando-se ao tema da política de segurança alimentar e as suas respectivas ações, a nutricionista relata que 40% das famílias recebiam o Bolsa Família, mas que não entendiam sobre a gestão e execução do programa. Ela informa que em 2018 a comunidade ainda não recebia assistência técnica, pois haviam iniciado, com cautela, o manejo da terra em pequenas roças da comunidade que produziam erva mate nativa. Ambas as aldeias recebiam regularmente a merenda escolar, como preconiza a execução do PNAE, em cardápios especialmente projetados por nutricionistas com base nas recomendações do Guia Alimentar da População Brasileira. Os alimentos, Larissa explica, eram produzidos por uma cozinheira indígena e distribuídos aos estudantes e aos demais membros das aldeias, algo que possibilitava a diversidade e a complementação do aporte nutricional das refeições servidas na comunidade. Sobre a entrega de alimentos para a comunidade, Larissa relata que não foram encontrados registros das doações na FUNAI, mas que houve entregas de alimentos no período. Segundo a nutricionista, o Programa Mesa Brasil e Alimenta Brasil, antigo PAA, realizam entregas

mensais de hortifrútiis, panificação, produtos não perecíveis, polpas e bebidas lácteas, alimentos que totalizam, aproximadamente, 100 toneladas de alimentos, quantidade insuficiente para garantir uma alimentação adequada e saudável para toda a população. Ademais, ela relata que há uma redução do aporte calórico e nutricional nos adultos da comunidade, situação que se encaminha para a insegurança alimentar e nutricional grave. Em suas considerações finais, ela explica que há uma precariedade no acesso aos alimentos e isso acontece por conta de uma deficiência no acesso às políticas públicas e ações que estão previstas na política pública e também que as práticas culturais alimentares da comunidade estão prejudicadas por conta da incerteza na provisão de alimentos. Em seguida, a Presidente Roseli abre espaço para as questões acerca da apresentação da convidada e Roselene Sonda aproveita para informar que o Ministério Público em parceria com a Universidade Federal está empreendendo uma força tarefa para mapear os programas e ir em busca indicadores sociais de insegurança alimentar e nutricional nos municípios, com o objetivo de qualificar os dados do painel SISAN e avançar na adesão dos municípios do Paraná. De tal modo, ela questiona como é a articulação do Programa Mesa Brasil com as políticas de assistência e segurança alimentar e também questiona como é realizado o trabalho de arrecadamento de alimentos do programa. Em resposta, a nutricionista relata que fez uma pesquisa no município de Guarapuava utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional, escala que apresenta dados relevantes sobre o perfil da comunidade, assim, ela sugere a aplicação dessa escala ou de outro estudo semelhante que faça a mensuração nas comunidades indígenas por meio de um instrumento válido. Sobre o Programa Mesa Brasil, ela explica que os doadores de alimentos possuem acesso online aos registros das suas doações, possibilitando um controle de ambas as partes sobre os produtos. Ela informa que atualmente há cerca de 60 instituições cadastradas no programa e que fazem um cronograma de distribuição dos alimentos. Ela explica também que o PMB firmou parcerias com o Governo do Estado, por meio do Compra Direta, e parcerias com o Governo Federal, com o antigo PAA. Em seguida, a conselheira Marilze Brandão questiona como é efetivado o contato entre o Programa Mesa Brasil e os CRAS sobre as entregas das doações de alimentos. A nutricionista explica que trabalham em conjunto com as Secretarias de Assistência Social dos municípios que prestam auxílio no cadastramento e na documentação das comunidades indígenas. Muitas vezes não há registro, então o PMB realiza um trabalho com a Prefeitura Municipal para regulamentar a participação e o cadastro no programa. Encerrando o espaço para as perguntas, a conselheira Márcia questiona se há algum percentual médio dos alimentos não aproveitados para a entrega e também questiona qual é o destino desses alimentos que não estão aptos para o consumo. A nutricionista explica que os alimentos são selecionados diretamente com os doadores de alimentos e descartados no local para não gerar desperdício. Na sequência, a Presidente Roseli agradece e elogia a apresentação da convidada Larissa e dá início à pauta dos relatos de visitas às comunidades indígenas com a fala da CORESAN de Foz do Iguaçu. Dando início ao seu relato, a conselheira Flávia Anastácio explica organizou-se com a técnica da SEAB de Foz do Iguaçu Solange Soprani para visitar os locais das comunidades indígenas de São Miguel do Iguaçu, Diamante do Oeste e de Itaipulândia, privilegiando as escolas das aldeias. A conselheira relata que o oeste do Paraná está recebendo muitas famílias advindas do Estado do Mato Grosso por conta de problemas que estão ocorrendo nesse Estado, sobrecarregando, assim, os três funcionários da FUNAI que devem atender os 26 grupos indígenas dessa região do Paraná. Sobre a aldeia de São Miguel do Iguaçu, a conselheira lista as principais questões averiguadas: a assistência social do município não possui dados atualizados sobre o número de famílias e moradores da aldeia, e não estão interessados em resolver essa questão, nem melhorar a relação com a FUNAI; a Prefeitura Municipal refez o convênio com a ITAIPU para realizar a entrega de 180 cestas secas de carboidratos; a Assistência Social alegou estar sem combustível para atender as necessidades de saúde dos

aldeados; as moradias são precárias e as situações dos moradores são, no mínimo, vulneráveis; a escola da aldeia funciona em 3 turnos, alguns estudantes estudam de modo integral, o turno noturno funciona como EJA e há alunos idosos; a escola é abastecida por meio de um poço artesiano e possui luz e internet; não há atendimento oficial para as crianças com até 3 anos; a escola relata dificuldade no acesso ao atendimento da saúde mental dos alunos e há um alto índice de suicídio entre os adolescentes; a escola é o equipamento social por excelência da comunidade e enfrenta problemas com a alimentação escolar, ainda que redistribua as cestas recebidas, atendendo 205 famílias, priorizando os moradores desempregados. Por fim, a conselheira relata que no dia da sua visita um aluno adolescente da escola havia cometido suicídio e que a escola está solicitando um psicólogo da saúde para, pelo menos, atender os profissionais que lidam diariamente com problemas de saúde mental muito severos relacionados com a insuficiência da vida. Em seguida, a técnica Solange relata que durante a visita perceberam a ausência do poder público municipal. Ela explica que, em 2014, pelo Programa Família Paranaense, foram entregues veículos muito bem equipados para serem utilizados em viagens de longa distância pelos profissionais do município. Porém, esses veículos não estão sendo utilizados para levar os profissionais até o local da aldeia. A técnica também relata que há um excesso de alimentos armazenados na escola, ocasionando em uma quantidade grande de carnes congeladas. Assim, de acordo com a responsável pela alimentação escolar da Regional de Educação de Foz do Iguaçu, a técnica informa que haveria necessidade de trocar a merendeira. Ademais, outro problema enfrentado pela comunidade e pelos funcionários que trabalham na região é o contrabando e o tráfico de drogas do Paraguai. Sobre a comunidade indígena de Diamante do Oeste, a conselheira Flávia Anastácio relata que a situação enfrentada é diferente, pois é uma terra indígena demarcada por duas aldeias diferentes. Além da terra ser maior, o número de família é menor e eles não possuem convênio para cestas de alimento entregues pela ITAIPU. Ela informa que 80% da terra agricultável da comunidade foi arrendada e que está sendo utilizada para o plantio de trigo. Partindo para os pontos observados, ela relata que a nutrição infantil é atendida de forma quinzenal, com recurso da própria Prefeitura Municipal, que também cede gás e funcionários; o maior problema relatado pela Assistência Social é o desemprego; parte da comunidade planta milho e mandioca para o autoconsumo; na escola há internet e não possuem atendimento oficial para crianças de até 3 anos; a energia elétrica da aldeia é intermitente, tornando improdutivo a produção contínua de alimentos; o cadastramento das famílias está desatualizado e é realizado de forma informal, resultando na lentidão da adequação das cestas básicas, que são por si só insuficientes no ponto de vista nutricional. Em seguida, a técnica Solange informa que oito jovens da comunidade estão cursando faculdade e também expõe que os indígenas possuem interesse em produzir alimentos. Sobre o arrendamento, ela explica que os indígenas responsáveis por essa decisão não estão pensando nas consequências dessa escolha, principalmente no que diz respeito à contaminação do solo. Encerrando a sua fala, a conselheira Flávia explica que não foi possível realizar a visita presencial na aldeia de Itaipulândia, mas que a FUNAI entrega apenas 53 cestas básicas para as 61 famílias da comunidade, pois utilizam o cadastramento desatualizado de 2020, das famílias. Ademais, a aldeia recebe 43 cestas básicas da Prefeitura Municipal. Na sequência, o Secretário Executivo Sr. Valdenir sinaliza sobre a importância de serem elaborados os relatórios das visitas às comunidades indígenas para efetivar a provocação da pauta e acionar, por meio de dados e informações legítimas, os órgãos judiciais competentes. A conselheira Flávia, por sua vez, aproveita o momento para complementar a sua fala ocorrida na 3ª Reunião Ordinária de 14 de junho sobre os indígenas de Foz do Iguaçu. Ela explica que o grupo da região possui apenas 12 pessoas, os quais contam com a solidariedade de moradores do bairro Porto Meira, e que as crianças desse grupo não foram declaradas indígenas pelas famílias. Em seguida, a conselheira Marina comenta sobre o caso apontado da cozinha escolar de São Miguel do Iguaçu. Ela

explica que observou, a partir das visitas na comunidade, uma falta de funcionários nas escolas e que o Governo Estadual extinguiu cargos e terceirizou o serviço. Essa situação, de acordo com ela, repete-se nos 29 municípios em que ela visita. A conselheira Flávia explica que no caso da escola de São Miguel do Iguazu há apenas uma merendeira que está lesionada para cozinhar 8 refeições para os 200 estudantes da escola, situação que exemplifica o motivo do problema. Em seguida, a conselheira Marilze questiona como está funcionando o arrendamento do território da comunidade Diamante do Oeste e também como está o contato dos funcionários da FUNAI nas comunidades visitadas. Em resposta, a conselheira Flávia explica que a Secretaria da Agricultura não detalhou os assuntos contratuais, mas informou que o plantio ocorre em um sistema de rodízio entre milho, soja e trigo. Ela explica que os funcionários da FUNAI estavam com uniformes, mas com veículos não adesivados, algo que indica possíveis perseguições. Sobre isso, o Secretário Executivo Valdenir clarifica que as visitas realizadas pelos conselheiros e conselheiras do CONSEA devem ser realizadas com os veículos oficiais adesivados. Na sequência, Roselene Sonda ressalta sobre a importância de encaminhar os relatórios das visitas ao Ministério Público, Centro de Apoio ao Direito Humano, Centro de Apoio de Saúde Pública, Centro de Apoio da Educação e também à Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde. Ainda sobre a pauta dos indígenas, o conselheiro Claudir Nowotny da SUDIS informa que foram solicitadas 5.288 cestas básicas para os povos indígenas e 580 cestas para atendimento aos ribeirinhos, ilhéus, pescadores e artesanais do Rio Paraná que estão em situação de emergência. Ele relata também que no dia 22 de julho ocorreu uma reunião em Mangueirinha com os líderes e caciques de comunidades indígenas para planejar a construção do Conselho dos Povos Indígenas. Partindo para os relatos da CORESAN de Curitiba, a técnica Anatolli relata que a visita à aldeia Kakané Porã do bairro Campo de Santana ocorreu no dia 06 de julho com a participação da conselheira Tammy e do conselheiro Maurício. A técnica explica que a aldeia foi criada em 2008 com 35 famílias a partir de um projeto elaborado pela FUNAI em conjunto com a COHAB e a COHAPAR. Ela explica que nessa aldeia a insegurança alimentar não foi verificada, tendo em vista que as condições de preparo de alimento ocorrem nas próprias residências e que as crianças estudam nas escolas da região, participando apenas do contra turno na própria aldeia. Ela comenta que há duas outras aldeias na região metropolitana de Curitiba, uma em Piraquara e outra em Campo Largo. Ela sinaliza que tanto as aldeias de Curitiba quanto a de Campo Largo precisam de melhorias estruturais, bem como acertos documentais referente às casas dos moradores. A técnica também relata que visitou a casa de passagem de Curitiba e ressalta que esta não é uma casa de passagem oficial, é apenas um imóvel alugado pela Prefeitura de Curitiba, cedido como abrigo aos indígenas que estão na cidade e que é autogerido pelos próprios indígenas. Na data da visita, ela comenta que havia cerca de 30 pessoas, mas esse número, de acordo com ela, dobrará durante as férias escolares. Ela explica que a casa de passagem oficial que existia em Curitiba foi desativada antes do início da pandemia em 2019 e que esse abrigo provisório está em funcionamento desde o dia 23 de dezembro de 2021, mantendo-se através de doações não governamentais e de auxílios pontuais, que são insuficientes, da Fundação da Ação Social de Curitiba. A técnica Anatolli, por fim, explica que ainda que de forma temporária os indígenas desse abrigo estão vivendo precariamente, haja vista a insuficiência da alimentação, a precarização do local e a higiene da casa. O conselheiro Maurício complementa a informação sobre a casa de passagens relatando que o modelo de coordenação da casa de passagem está em transformação, pois no dia 24 de julho um novo coordenador assumiu essa função. Assim, ele aclara que, desde a visita, os moradores da casa de passagem já organizaram o local. Sobre o caráter provisório da casa de passagem, ele esclarece que o prazo do contrato de aluguel da casa de passagem vai até julho de 2023 e acerca da alimentação, o conselheiro relata que entrou em contato com o Banco de Alimentos para averiguar os motivos de ter sido cessado a entrega de alguns alimentos para

a casa de passagem. A resposta obtida, segundo Maurício, é de que não existia documentação necessária para fazer a entrega e que a relação do fornecimento estava precarizada. Ademais, ele explica que, por sugestão do Banco de Alimentos, uma reunião foi realizada com os representantes da SEAB e do Banco de Alimentos para reestabelecer o fornecimento e também realizar oficinas para instruir no preparo de alimentos pré-processados, que não estavam sendo utilizados por falta de conhecimento dos indígenas. Em seguida, o conselheiro Claudir questiona qual é exatamente o local em que a aldeia de Campo Largo se estabeleceu. Em resposta, Anelize Mendes, do Ministério Público informa que há um acampamento de 10 famílias indígenas no Museu do Parque Mate e que o Ministério Público está participando de um grupo de trabalho, juntamente com a Secretaria da Cultura e outros órgãos do Estado, para que o acampamento se estabeleça de forma temporária e sejam melhoradas as condições de vida da aldeia. Além disso, ela informa que há uma intenção de fomentar com a Prefeitura Municipal a criação de uma casa de passagem indígena, tendo em vista que o município é rota dos indígenas. Na sequência, a conselheira Maria Isabel relembra sobre as aldeias do litoral do Paraná. Ela expõe que seria importante uma intervenção do CONSEA no local, pois aquelas aldeias estão enfrentando dificuldades. Sobre isso, Valdenir comenta que entrará em contato com o chefe de núcleo do litoral para eles realizarem a visita técnica. Na sequência, dando início à pauta dos informes do DESAN/SEAB, a chefe do DESAN Sra. Márcia relata sobre a sua visita à aldeia Araçaí de Piraquara. Ela explica que a aldeia representa um caso de sucesso, até pelo envolvimento da Prefeitura, do CRAS e da Secretaria de Assistência Social. Ela expõe que há uma escola bem montada na aldeia, o posto de saúde conta com dentista e médicos que estão presentes uma vez por semana, as crianças estão bem alimentadas e que a Prefeitura Municipal busca os indígenas na aldeia para leva-los à feira de artesanato em Curitiba. Esses pontos, de acordo com ela, demonstram a importância da presença de uma Prefeitura nas comunidades indígenas. O Secretário Executivo complementa a informação relatando que a farmácia do posto está completa, pois os remédios são enviados pela Secretaria de Saúde, que as cestas da FUNAI não são enviadas com a devida regularidade, mas que a Prefeitura está sempre atendendo as solicitações dos indígenas. Dessa forma, tendo em vista o sucesso dessa aldeia efetivado pela participação significativa da Prefeitura Municipal, ele explica que se faz necessário, portanto, realizar uma ação com a SEJUF para orientar os CRAS nesse ponto e para que eles atendam mais próximos das comunidades indígenas do Estado, pois, de acordo com o Secretário Executivo, a situação da fome é gravíssima nas regiões em que as prefeituras não abraçam a causa. A conselheira Márcia, por sua vez, relata que a aldeia está sendo beneficiada com o atendimento do Compra Direta, demonstrando que os programas do Estado, de maneira geral, estão presentes. Por fim, sobre a entrega do leite das crianças na aldeia, o Sr. Valdenir informa que houve um acordo entre o CRAS, a usina e a Prefeitura Municipal, para que sejam entregues os leites em maior quantidade na sexta-feira, para que a própria Prefeitura realize a entrega, facilitando a logística. Em seguida, Márcia passa a realizar os informes do DESAN explicando que já receberam os 35 veículos para a modernização das centrais, mas que estão com um problema por conta dos adesivos do Programa Alimenta Brasil, prática proibida em período eleitoral. Após os adesivos serem devidamente cobertos, ela explica que os veículos serão entregues nos próximos 30 dias, período em que os municípios providenciarão os planos de trabalho. Outra questão abordada pela Márcia é sobre o Programa Leite das Crianças. Ela informa que renovaram os aditivos até o final de setembro de 2022 e que o novo credenciamento já está sendo trabalhado. Dessa forma, o novo credenciamento será vigente por um ano e abrirão contratos para novas usinas de outubro de 2022 até outubro de 2023. Sobre o Compra Direta, Márcia passa a relação, a seguir, de empresas habilitadas e não habilitadas publicada na semana anterior: 1 cooperativa não habilitada, 7 cooperativas habilitadas, mas não classificadas, 151 cooperativas totalmente habilitadas e 14 cooperativas

parcialmente habilitadas. Por fim, ela explica que, após a homologação, a abertura de protocolos e a realização dos contratos, o Compra Direta iniciará na terceira semana de agosto até o próximo ano. Na sequência, o Sr. Natalino Almeida, Cacique da aldeia Aty Miri, relata sobre as dificuldades enfrentadas desde 2015 pela sua comunidade ao retornarem para o território da Base Náutica do município de Itaipulândia. O Cacique explica que tinha o conhecimento de que a aldeia passaria fome se dependessem unicamente do poder público para suprirem as suas necessidades; assim, a comunidade passou a investir em pequenas plantações de mandioca e milho e também na criação de galinhas caipiras e patos. O Cacique relata que possuem uma boa relação com a Prefeitura Municipal de Itaipulândia e que possuem água potável e escola para as crianças por conta dessa boa relação e da organização da aldeia. Dito isso, ele expõe seu posicionamento acerca da organização das aldeias que enfrentam muitos problemas, ele destaca que há muitas aldeias que poderiam estar melhor, mas que, infelizmente, estão enfrentando grandes dificuldades porque não estão internamente organizadas e unidas. Na sequência, Salete Venâncio relata que os indígenas que chegam em União da Vitória para vender seus artesanatos estão sendo transportados para um local distante do centro e que estão sofrendo muito nas barracas por conta do frio e da umidade da região. Em resposta, Ana Beatriz do Ministério Público informa que anotou a questão para analisa-la e o Secretário Executivo Valdenir informa que fará um ofício para encaminhar à Prefeitura de União da Vitória. Na sequência, dando por finalizada a 4ª Reunião Ordinária do ano, a Presidente Roseli agradece a presença do Sr. Natalino, Cacique da aldeia Aty Miri, e de todas e todos presentes.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB